seguir colocar esta tríade conceptual, numa óptica assente na teoria comunicacional. (Sobretudo face à rubrica “validade”)

Em oitavo lugar, o artigo “As teorias correntes sobre a prova do fato: Probabilismo e explanacionismo apenas?”, (Geraldo Prado), dirige-se ao debate existente quanto à epistemologia jurídica e prova no âmbito do processo penal brasileiro, procurando colocar-se este artigo como um auxílio de reflexão a juristas sobre esta temática.

Posteriormente, é apresentado o artigo “Direito à defesa penal efectiva”, (Luciano Faldens), que aplica a sua incidência no domínio dos direitos fundamentais, bem como analisa o direito à defesa penal efectiva tendo em especial atenção a postura dos agentes do Estado, destacando-se, para o efeito, destes, o juiz. Por último, apresenta-nos ainda esta obra, o artigo “Jurisdição criminal e as Cortes internacionais

de Direitos Humanos: diálogos necessários”, (Nereu José Giacomolli e Denise Luz), que assim fecha com chave de ouro este notável trabalho, apresentando ao leitor um sério estudo sobre o diálogo entre as Cortes e o respectivo estabelecimento dos padrões protectores das garantias processuais criminais, no âmbito de um processo penal justo. Um tema do maior interesse e actualidade.

Com efeito, pelo apresentado, é a obra “Os desafios do Direito (Penal) do século XXI, um marco importante na afirmação e defesa da corrente jurídica humanista, bem como do escrupuloso respeito pelas garantias constitucionais. Certamente a leitura da mesma enriquecerá todos quantos a façam, não só numa dinâmica jurídica como de igual modo, social e humana.

RODRIGO ALVES TAXA

Doutorando Universidade Autónoma de Lisboa

“TUTELA JURISDICCIONAL EFETIVA NO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA. DIMENSÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS”, CARLOS CARRANHO PROENÇA

EDITORIAL PETRONY, DEZEMBRO DE 2017

O autor da presente obra, o colega e amigo Prof. Doutor Carlos Proença, tem uma intensa atividade profissional, quer na sua vertente docente, lecionando em diversas instituições de ensino superior, quer na sua vertente prática, exercendo advocacia, quer na vertente de investigação, sendo um elemento destacado do centro de investigação Ratio Legis.

Fruto de toda a sua experiência acumulada e de uma investigação metódica, criteriosa, elaborada e refletida, que mereceu o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, surge a presente obra que agora tenho o prazer de descrever. Como o próprio título indica, estamos perante uma obra de carácter eminentemente adjetivo e prático, mas sem descurar na certa medida a dimensão objetiva e teórica da maté-

ria abordada. A temática não podia ser mais atual e pertinente no quadro da constante e abundante legislação emanada das instâncias da União, debruçando-se sobre a tutela jurisdicional efetiva nesse espectro normativo.

A obra estrutura-se em IV partes por sua vez subdivididas em capítulos. A primeira parte intitulada “A tutela jurisdicional efetiva na União Europeia: conceito e pressupostos” é dedicada à análise e exposição dos fundamentos definidores da tutela jurisdicional na ordem jurídica europeia, passando para a apresentação dos seus pressupostos orgânicos e formais e fechando este título com uma interessante abordagem genérica sobre os princípios substantivos da tutela jurisdicional efetiva na ordem jurídica europeia, fazendo um específico tratamento dos sistemas de proteção de direitos fundamentais.

A segunda parte, “A tutela jurisdicional efetiva no âmbito das medidas provisórias de natureza cautelar previstas no direito da União Europeia” debruça-se sobre os pressupostos, procedimento, intervenientes e vantagens decorrentes da tutela cautelar, cuja relevância prática resulta evidente para poder acautelar devidamente os interesses dos diversos agentes abrangidos pelas jurisdição e normas da União.

Na terceira parte, e uma vez lançadas as bases conceituais o autor senta os corolários da tutela jurisdicional efetiva nos instrumen-

tos processuais da União Europeia *stricto sensu* a cargo da respetiva instituição jurisdicional da União. Nesta parte é tratado com muita profundidade o mecanismo contencioso de declaração e repressão de comportamentos dos Estados membros contrários às obrigações decorrentes dos tratados, os recursos de anulação e todo o seu *iter* processual, as questões prejudiciais e a tão importante temática da responsabilidade extracontratual da União Europeia.

Na quarta e última parte, o autor debruça-se sobre a tutela jurisdicional efetiva no contencioso da União Europeia *lato sensu* a cargo das jurisdições nacionais onde encontra tratamento a problemática da interpretação do direito nacional em conformidade com o direito da União Europeia e o apuramento da responsabilidade extracontratual dos agentes nacionais por violações do direito da União Europeia na sua dimensão estatal e particular.

Em suma, estamos perante uma obra jurídica de elevada qualidade sobre uma temática extremamente interessante e muito bem tratada pelo autor, que certamente constitui um elemento imprescindível para o acervo bibliográfico de estudantes, investigadores, docentes e advogados, com a qual poderão resolver as diversas questões que possam surgir no domínio da tutela jurisdicional no seio da União Europeia.

DOCTOR RUBEN BAHAMONDE
Prof. Auxiliar da UAL